



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21-05-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos. Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública do ano de 2015, com a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes.

Informo que a audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line. Essa audiência foi convocada em atendimento ao requerimento 29/15, de autoria deste Vereador, Jair Tatto, para discutir a situação dos servidores municipais admitidos diante dos novos quadros funcionais promulgados dos demais servidores com perspectivas ou não de reestruturação.

Foram convidados a participar dessa audiência Secretário Municipal de Gestão, Valter Correa, representado, neste ato, pela Sra. Marcela Tapajós e Silva, Chefe de Gabinete; Secretário dos Direitos Humanos, Eduardo Suplicy, que justificou e vai tentar chegar aqui a partir do meio dia; Sergio Ricardo Antiqueira, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo e Miguel Biazzo Neto, Secretário Adjunto de Licenciamento.

Com a palavra o Sr. Sergio Ricardo.

O SR. SERGIO RICARDO – Bom dia a todos. Cumprimento a todos e reconhecer a importância desse momento que estamos tendo a oportunidade de tornar público um debate que fazemos muito internamente dentro do sindicato, das unidades de trabalho, mas acredito ser importante envolver nessa discussão todos os servidores. Acredito que estamos hoje aqui para lançar uma campanha de valorização dos servidores admitidos, salários iguais para trabalhos iguais, que esse é o lema, inclusive está na campanha do Sr. Prefeito Fernando Haddad, acredito, que justamente atende ao princípio que queremos ver se concretizar e aí faço um histórico. Precisamos de uma campanha de valorização dos servidores admitidos, porque que chega a esse ponto. E a história é sempre importante, acredito que tem um momento no País, que é desde o fim do Regime Militar e a redemocratização do País, entre a década de 70, e 80 em que surge uma demanda muito emergente de políticas públicas e nessa

demanda por políticas públicas os municípios, os estados tinham de fazer grandes contratações de profissionais e criaram leis, para admitir esse pessoal para atender essa demanda. Aqui em São Paulo foi a Lei 9160, em que faz esse processo de admissão, cria perspectiva de fazer concurso público, mas não cumpre.

Isso em 1980. Ao longo desse processo você tem vários servidores admitidos por seleção pública, cumprindo, ou sendo protagonistas, sendo precursores de políticas públicas da Cidade de São Paulo, dando conta dessa demanda que tem lá. esse é o principal núcleo de servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, o que acontece? Dali para frente com a Constituição de 88, estabelece a necessidade de concurso público, cria uma situação transitória com a Constituição para que os admitidos passassem por concursos. Isso não acontece. Vai sendo deixado de lado, e naquele momento que veio a Constituição tem uma situação que os servidores ganhavam. Tinham problemas de diferenças: às vezes nível médio, nível universitário, tinha essa constituição do problema para ser resolvido, mas não ainda se constituído dessa diferenciação, entre os admitidos e efetivos, mas ao longo do tem. Ai você na década de 90, começa surgir mais forte no serviço a concepção de carreira, e aí começa os grandes distanciamentos de salários entre servidores.

O que passa por isso é a questão da discriminação. Você tem uma concepção de servidores diferentes. Um servidor que também foi muito útil ao longo de mais de 27 anos, a maior parte tem mais de 30 anos de serviço público e esse conjunto de servidores passam a ser uteis porque ganham menos e fazem o mesmo trabalho. Para que mexer. É cômodo. Uma situação cômoda que vai acontecendo ao longo do tempo. E como toda relação social e de poder precisa ser legitimada, a não valorização é uma forma de legitimar essa situação. Não valoriza e legitima. Ai começa a se constituir vários, do ponto de vista legal, pareceres para impedir isso, e legitimando essa discriminação. E á uma discriminação que não acontece apenas em relação ao trabalho, acontece nas relações sociais. Acontece na forma como ele é tratado dentro da unidade, vez por outros companheiros. Ah, é admitido. Ai começa a criar um

estigma como se fossem profissionais que tivesse entrado pelas portas do fundo. Começa a se construir uma cultura dentro da Prefeitura do Município de São Paulo, para legitimar o porque ele ganha menos, porque tem menos em ponderamento. Ele cumpre determinada função de chefia mas não pode receber por isso. Tem as mesmas funções, mas ele não recebe por elas. Ele não tem o direito de ganhar mais, como se na Constituição Federal tivesse em algum momento estabelecido que houvesse algum impedimento para que ele fosse valorizado. Acho que, ao longo do tempo, as coisas se constituem sem que as pessoas tenham a devida percepção do processo. Mas a gente estava discutindo, temos um grupo de trabalho muito participativo dentro do sindicato e vamos percebendo que, sem se dar conta, quando começa a construir dentro da Cidade as carreiras é ali que começa o processo maior de alijamento, de separar, de tirar o servidor admitido. E aí começam os pareceres para dizer por que não pode ser valorizado. Que é porque não tem carreira, porque é uma função, só que é uma função com 25 anos, 27 anos, 30 anos e cumprindo o mesmo papel que os demais.

Nesse processo passa, vai se agravando ao longo da história, sem qualquer justificativa para isso e quando você tenta trazer para a discussão a primeira coisa que surge é a lista de preconceitos que se tem, e dos pareceres jurídicos que impedem de se fazer qualquer coisa. Acho que foi uma discussão boa que a gente começou agora, em 2013, porque tornamos pauta principal dentro das pautas centrais do sindicato está a questão dos admitidos.

Naquele momento que acontece a discussão surge o que se chamou de bode, o bode do não poder andar na carreira, depois que não podia mudar de nível na carreira. Então, os “não pode”. E chamamos de bode porque, enquanto ele está na sala, não conseguimos fazer mais nada porque tentamos tirar o bode.

E aí no processo de negociação das duas carreiras do nível universitário e da saúde a proposta que chegou já fazia o rompimento no processo que era assim: o admitido não estável que sempre estava lá na primeira referência das carreiras passa para a referência cinco no processo e quem estava na cinco ficou na cinco e aí o problema legal era que cinco não

podia ir para seis porque já era outro nível e vamos conversar com o governo e é sempre isso. A solução que acabamos dando foi tirar os admitidos dentro dessa tabela que tem uma ordem e você põe numa tabela parte com o objetivo de que ali você aplique a valorização diretamente no salário. Só que essa lógica nem sequer chegou para o nível básico, para o nível médio, há servidores admitidos na educação. Estamos falando ainda de um universo muito pequeno e eu trouxe alguns dados. Se você pegar as referências salariais hoje, a pior situação criada era a diferença... poderia convidar para a Mesa o Fernando Amaral, que é o nosso advogado?

Temos algumas referências e que, no caso, por exemplo, quando você pega o próprio nível especialista, de nível universitário, o admitido não estável, chegava a uma diferença de quase um terço do salário de uma pessoa com o mesmo tempo de carreira. Ganhava um terço por conta disso. Quando veio para a nova situação, aumentou de 38% para 59 % só que quem continua na carreira chega na referência 17 e volta a 45 a diferença. Então, a porcentagem na maioria das vezes não chega a metade do que um profissional que trabalhou 30 anos, porque até aquele momento no início do serviço público após a Constituição você tem o quinquênio e a sexta parte que é igual a situação do servidor admitido. Após o momento das carreiras você cria uma diferença que passa de um terço a metade e alguns casos excepcionalmente ganha de 30% a 40% menos do que um servidor efetivo na mesma situação.

Não há uma alegação jurídica plausível, muito menos agora, para dizer o porquê disso. Ao longo dos processos foram perdendo tempo que tinham. Se estavam numa referência equivalente a nove anos de exercício efetivo na carreira de valor salarial hoje eles passam por uma referência que equivale a sete anos e meio, então, uma pessoa com 30 anos ganhando salário equivalente a quem vai cumprir sete anos e meio de trabalho.

Essa lógica temos todas as condições de mudar de agora para frente porque conseguimos tirar para a tabela do admitido de dentro da lógica da carreira que ele não pode fazer do um para dois do dois para o três. Sai dessa fórmula e você aplica diretamente valores

e você consegue através desses valores chegar a uma reparação de um dano causado ao longo de 30 anos por omissão da Prefeitura. A Prefeitura criou essa situação e esse é o ponto que chegamos.

Para encerrar acho que o que é importante ao sair daqui. Pedimos a participação do governo que é o posicionamento diante disso. Há uma palavra dada do Sr. Secretário Valter Correia, que diz que todas as injustiças precisam ser corrigidas. Essa é uma lógica que norteia a ação da Prefeitura, do Governo Fernando Haddad, e isso expressamente dito pelo Secretário. E essa é uma lógica que precisa ser corrigida mesmo.

Até o ano passado 52% dos servidores admitidos estavam aposentados, acho que esse número deve ter aumentado com certeza, mas não podemos deixar para trás, deixar que a história apague isso também. Estamos lançando a campanha com esse símbolo que foi escolhido pelo grupo da camélia branca, que era o símbolo daqueles que apoiavam a luta abolicionista. Então, estamos distribuindo para quem apoia porque queremos que os efetivos apoiem, superem essa discriminação na Prefeitura, que se faça a justiça e que a gente tenha esse compromisso, tornado público e que consigamos. Vamos avançar não só nessas duas carreiras que não conseguiram corrigir esse distanciamento, não resolverem, assim como corrigir as demais carreiras seja na educação, seja no nível médio, no nível básico, na Guarda Civil Metropolitana, que consigamos superar esse problema que está posto. Acho que é uma demanda que vem para correção.

Quero registrar a presença da Celina, que é do gabinete da Deputada Federal Luiza Erundina. Está presente aqui? Onde está? (Pausa) Ok Celina, obrigado pela participação, tem apoiado. (Palmas)

Penso que, uma vez tudo isso colocado, esperamos superar esses problemas, dar um salto dentro da cidade de São Paulo, mudar a história, reparar essa injustiça e corrigir as distorções. Creio que o lema que temos de implementar mesmo, na Cidade, de fato, deve falar em salários iguais para trabalhos iguais, senão será difícil andar para a frente se não olharmos

para trás e corrigir o que precisa ser corrigido. É isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado Sérgio.

Considerando os 12 minutos que o Sérgio usou a palavra, passo esse mesmo tempo para a Sra. Marcela Tapajós e Silva, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão.

Peço à assessoria que informe os nomes das pessoas que devem ser anunciadas.

Deixo abertas as inscrições e quero propor um limite de 15 inscrições, podendo haver tolerâncias, se necessário for.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS E SILVA – Bom dia a todos, cumprimento os companheiros de Mesa, os Vereadores Ricardo Nunes e Jair Tatto; os Srs. Sérgio, Presidente do Sindsep e o colega Fernando, do Sindsep também. Queria dizer que para nós é uma honra estar nesta Câmara, na audiência pública, este instrumento é democrático, é assim que praticamos a democracia todos os dias, sempre dialogando, enfrentado as questões e sempre buscando, dando o melhor de si para construir uma cidade de São Paulo mais justa, mais equânime e melhor para morar.

O Secretário Valter não pôde estar aqui, mas fez questão que a Secretaria de Gestão e a Prefeitura se fizessem presentes neste debate.

Logo que percebi a movimentação das camélias sendo oferecidas, chamou-me a atenção a força que esse símbolo carrega. Quando vejo esse símbolo sendo utilizado na campanha dos admitidos, naturalmente vem com ele todo um sentimento e simbolismo de uma flor delicada, que, no entanto, carrega em si esse significado. A camélia foi usada por Ruy Barbosa, pela Princesa Isabel, assim como tantos outros abolicionistas que utilizavam a camélia para identificar e fortalecer a sua luta.

Se a camélia está sendo usada aqui, naturalmente essa é uma questão que tem quer ser tratada, olhada com toda atenção que o caso merece.

Estamos diante de uma questão, o Sérgio já trouxe aqui elementos do histórico, que vêm se perdurando por muitos anos, têm uma porção de tecnicismos e questões que têm que ser enfrentadas, olhadas - como eu disse - com bastante atenção, porque são complexas. Porém, todas as questões a favor da causa por uma situação mais justa, mais equânime dos admitidos e também quanto à questão das regras impostas aos cargos, aos concursos públicos, isso tudo foram garantias que a própria Constituição trouxe. O esforço é de fazer isso se harmonizar.

Se esta questão vem se estendendo por tanto tempo, certamente porque não é fácil de ser enfrentada. Pelo histórico que me foi passado, naturalmente poderá ser enriquecido, não só pela fala do Sérgio que já contou bastante coisa, como as falas que ainda virão, trata-se de um contingente de pessoas que começaram a ser admitidas na década de 80, por uma legislação 9160, que previa que a Administração poderia contratar em caráter temporário, para cumprimento de algumas funções, trabalhadores para dar conta dos desafios que eram postos à época.

Assim começou um processo longo de vários ingressos, de modo que, na época da Constituição esse contingente chegou até a um número de cerca de 50 mil pessoas, que era praticamente a metade do quadro da Prefeitura de São Paulo, na época.

De lá para cá a Constituição trazia a regra de transição, que previa a quem estivesse na Administração Pública - em nível nacional - há cinco anos, poderia ter o direito da estabilidade, começando aí justamente essa situação transitória dos admitidos. Muitos, depois disso, deixaram o serviço público por outras oportunidades, ou permaneceram, tiveram, inclusive, acesso ao concurso público e ingressaram numa nova situação na Administração Pública, ficando um contingente, ainda temos servidores ativos e aposentados nesse quadro.

Pedi um levantamento, hoje nós estamos falando de 6.933 pessoas, das quais, 2.272 são ativos e 4.661 são aposentados, pelos dados recentes que me foram passados.

Quero dizer para vocês, falando um pouco de coisas com as quais tive experiência

no Governo Federal, no Ministério do Planejamento, falarei especificamente de uma causa, mas há outras similares.

Uma das negociações que havia no Ministério do Planejamento era com o contingente de servidores - eu os cito porque também foram contratados em caráter temporário – no cargo de agentes de combate à endemia. São apelidados às vezes como mata mosquitos, até hoje têm uma função importante no controle de endemias e sucessivamente tiveram seus contratos renovados e renovados, assim eles foram ficando por anos e anos na Administração Pública. Batalharam por muito tempo até obter o reconhecimento do direito de serem considerados como funcionários pertencentes efetivamente aos quadros do Governo Federal, do Poder Executivo Federal.

Tiveram, inclusive, a edição da Emenda Constitucional nº 51, de 2004, se não me falha a memória, que garantiu que eles fossem regularizados, digamos assim, que a situação deles fosse considerada de longo prazo. No entanto quando eu cheguei lá isso já estava consolidado e o desafio que estava imposto à mesa de negociação naquela ocasião era justamente que, uma vez reconhecidos como permanentes no quadro da administração pública federal, que eles justamente tivessem os mesmos direitos dos servidores dos quadros das carreiras. Naquela ocasião o pleito mais efetivamente era serem transpostos para as carreiras do Executivo. No caso eles foram admitidos como celetistas, então eles reivindicavam também um regime estatutário.

Um dos compromissos que a gente firmou com eles na época era o no seguinte sentido: que essa transposição era bastante difícil de fazer por causa do que a Constituição prevê em relação ao princípio do concurso público. Concurso público é um princípio e existem inúmeros julgados que consideram algumas transposições ilegais, inconstitucionais. Tem um apelido que se usa para esse tipo de situação que é “trem da alegria”; de vez em quando a gente ouve alguns movimentos nesse sentido. No entanto um dos compromissos estabelecidos na mesa era justamente o de buscar estruturar um quadro para esses agentes. Se eles são

agentes que estão na ativa, estão exercendo função pública, então que eles tivessem uma estrutura que considerasse as funções, as atribuições que eles exercem e as condições de trabalho.

Enfim, quando saí de lá essa discussão ainda não estava concluída, mas estou utilizando essa referência para dizer o seguinte: a situação dos admitidos da Prefeitura de São Paulo vem se estendendo por tanto tempo sem uma solução porque não é uma questão simples, é uma questão que carrega uma porção de complexidades. Existem pareceres, entendimentos sobre esse assunto na administração pública e naturalmente, para isso ser superado, a gente tem que olhar à luz... A cada ano que passa, a cada geração que passa os entendimentos vão mudando, novos elementos vão surgindo, então a gente tem que atualizar a avaliação da situação dos admitidos e buscar uma solução que, a partir da realidade posta, dê uma resposta aos anseios que estão colocados.

Gosto muito de uma metáfora que costumo usar muito para os meus desafios, um colega que falou isso para mim uma vez: se você encontra uma pedra no caminho, faça que nem o rio, contorne e siga em frente. Às vezes não adianta ficar se debatendo contra uma questão. A gente tem que encontrar meios de contornar, de superar, de fazer com que as coisas encontrem o seu curso, apesar das pedras no caminho.

Em função do pedido do Sindisep de ter uma atenção para o caso dos admitidos, a gente já se comprometeu com uma data de reunião para iniciar esse debate. Nós estamos dispostos a enfrentar essa questão, a olhar para ela considerando todos os elementos, todo o histórico e a buscar uma resposta aos anseios que estão colocados. Esse é o nosso papel.

Então, Srs. Vereadores, com isso encerro a nossa participação. Estamos dispostos a ouvir todas as colocações. O momento é bastante importante para a gente ouvir e estamos à disposição desta casa legislativa não só para dar sequência a essa questão como para qualquer outra que for pautada. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcela. Passo a palavra ao

Vereador Ricardo Nunes, membro da Comissão de Finanças e Orçamento e encerro as inscrições. (Pausa) Pode ser por cinco minutos, Dr. Fernando Amaral? (Pausa) Muito bem. Dr. Fernando Amaral.

O SR. FERNANDO AMARAL – Bom dia.

Essa questão dos admitidos se arrasta já há muito tempo e a questão central dessa discussão tem sido o problema jurídico, porque não o admitido não pode ter carreira, porque é uma situação transitória, ou seja, diversas escusas com relação ao problema levantadas do ponto de vista jurídico. Temos respondido para a administração, principalmente nesta gestão, que é um problema que deve ser enfrentado, sim.

Existe um problema que tem origem na Constituição de 1988, mas que tem que ser encarada analisando-se a realidade, o que aconteceu nesses anos. A Constituição de 1988, faz muito tempo. E o que ela dizia? Que o servidor admitido tinha estável e não estável, mas que em cinco anos ia resolver, tinha que fazer o concurso, feito o concurso, teria que ser chamado.

De lá para cá o que aconteceu? Primeiro que não tem mais sentido fazer a diferenciação entre admitido estável e não estável. Tinha sentido cinco anos depois da Constituição, dez anos depois da Constituição. Gente, vai fazer quase 30 anos! Não faz o menor sentido diferenciar duas categorias que têm a origem... E aí não é do ponto de vista jurídico, é do ponto de vista fático. E a Constituição tem as suas leituras, as suas interpretações. Nós temos que interpretar a Constituição também à luz do que aconteceu nos últimos anos. Não dá mais para diferenciar admitido estável e admitido não estável. Essa é a primeira questão.

A segunda questão: a maioria dos admitidos... Hoje são seis mil, alguns já faleceram, muitos se aposentaram, poucos estão na ativa. Mas e o número de concursos públicos que foram feitos de lá para cá para possibilitar o ingresso dos admitidos na Prefeitura? E o número de admitidos que passaram nesses concursos e nunca foram chamados porque a

Prefeitura nunca chamou? A realidade é de quem?

A questão que a gente coloca para o enfrentamento da Prefeitura neste momento é que há um problema que não foi gerado pelo servidor público. A não regulamentação dessas questões de lá para cá trouxe o problema seguinte: o servidor admitido, exercendo as mesmas funções, cumprindo as mesmas obrigações, submetido aos mesmos processos de avaliação, ao mesmo estatuto do servidor, ou seja, ele é um servidor para todos os efeitos ganha, chega a ganhar 1/3 a menos – isso em boas situações, em boas circunstâncias. (Palmas) Há um problema para ser enfrentado. E, do ponto de vista de jurídico, estão sendo ofertadas as propostas e, é evidente, há debates - não sou ingênuo, não é? Se ser advogado ou jurídico fosse bom, casávamos com o advogado e separávamos no padre. É o contrário: a parte ruim sempre fica com o Jurídico mesmo para explicar, para discutir essas questões... Mas temos de enfrentar essa questão.

No ano passado, foram protocolados, pelos admitidos, por uma iniciativa do Sindsep, vários requerimentos junto à Prefeitura, pedindo uma única questão: que fosse contado o tempo para o enquadramento dos admitidos. Só essa contagem de tempo de serviço público já os enquadraria em condições absolutamente muito mais satisfatórias do que estão hoje, recuperaria o nível salarial, a estima desses trabalhadores, porque não é possível não reconhecermos que, depois de 30 anos, quem ficou no serviço público deve estar com a estima assim: “Todo o mundo está ganhando... E eu continuo ganhando...”, não é? (Palmas)

Esse requerimento não é baseado do nada, não foi uma ideia solta do sindicato ou dos trabalhadores e das suas comissões. Ele tem base numa decisão do Tribunal de Justiça – da qual a Prefeitura não recorreu – referente a uma servidora que pedia exatamente isso: Vamos contar o tempo para enquadramento na tabela. Essa é uma proposta.

Outra proposta que foi colocada: bem, já que não pode ter carreira – há um entendimento firme da Procuradoria, de que não se pode criar uma carreira, que eles não podem ingressar porque eles não têm essa mesma peculiaridade, as características do

servidor efetivo, que se crie então uma também própria para os admitidos, que leve em conta o quê? O tempo. (Palmas) Essa é uma questão que está sendo colocada.

E para não nos estendermos e colocarmos o debate na mesa, é preciso reforçar: existem alternativas jurídicas, há uma disposição de todo o mundo de conversar. Agora, o que não dá mais para ficar é essa questão, gente, de 1988. É muito tempo, não é?

Então deixo essas considerações iniciais para continuarmos com o debate.

Obrigado, viu? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem.

Palavra com o Vereador Ricardo Nunes.

Também anuncio e convido para compor a Mesa o Presidente da nossa Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador José Police Neto. (Palmas)

O SR. RICARDO NUNES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar e já parabenizar a iniciativa do Vereador Jair Tatto, que, conversando com o Sindsep, teve a iniciativa de chamar esta audiência pública. Acho que é importante ressaltar. Jair, parabéns aí para você. Estamos aqui mais para ajudá-lo e atendendo a demanda mais importante. Deixar registrado aí que foi iniciativa sua.

Cumprimentar Sérgio Antiqueira e Fernando, do Sindsep; Marcela Tapajós, que é uma pessoa que já vimos que fala superbem, não é? A sua fala foi fantástica, queria parabenizá-la.

- Vaias na galeria.

O SR. RICARDO NUNES – Cumprimentar nosso Presidente José Police Neto.

Uma fala rápida. Sinceramente, estou ainda tentando entender um pouquinho essa questão. Peguei aqui com Marcela alguns dados, a questão dos 2.272 (?) ativos, dos 4.661 inativos – não é? -, que são 67%.

Bacana, gostei da fala de Fernando, que tem umas propostas legais, essa questão de que prestaram um concurso e não foram chamados. Acho que podemos tentar construir

alguma coisa, de que haja esse chamamento, porque precisamos também ter o pé no chão com relação à questão legal – não sei se há parecer da PGM com relação à demanda. Mas é importante esse debate, que se saia daqui com algumas propostas e tentar ajudar aí o Vereador Jair Tatto para poder encaminhar a proposta de vocês.

Mas acho que era importante termos, não só nessa demanda com a relação dos admitidos, mas em qualquer situação que se trata de questão salarial ou de despesa do Município poderíamos sempre discutir a questão financeira da Cidade. É importante isso, porque depende muito de todos os senhores, para compreendermos que é necessário trabalharmos juntos para que as coisas caminhem bem.

Tivemos um avanço grande agora com relação à diminuição da DI, que caiu de R\$ R\$ 62 bilhões para R\$ 32 bilhões. Da dívida de abril, já pagamos R\$ 100 milhões a menos, uma grande vitória para todos nós, porque assim consegue ter fôlego no caixa da Prefeitura para avançar no reconhecimento do trabalho importante dos funcionários públicos. É importante debaterem isso no Sindicato, porque isso faz parte da nossa vida.

Tivemos aquela votação de IPTU, passamos por aquele desgaste todo, mas pensando que não há melhora de salário sem recurso na Prefeitura. Isso é fato.

Ontem fiquei feliz porque participamos do lançamento do programa de plano de carreira dos Guardas Civis Metropolitanos, da aposentadoria especial, que foi um avanço porque eles ganham muito pouco. O Prefeito enviará a esta Casa esse plano.

No demais, coloco-me à disposição para colaborar com a demanda dos senhores, vamos mais escutar do que falar.

Parabéns, nobre Vereador Jair Tatto pela iniciativa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre Vereador Ricardo Nunes. Após as falas dos senhores, haverá as considerações finais.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto, Presidente desta Comissão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimento todos e peço desculpas pelo meu atraso. Hoje recebemos o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Prefeitura do Município de Salvador, capital baiana, Vereador Tinoco, a quem agradeço pela visita.

Sr. Presidente, tenho de contar uma relação de vida que tenho com os admitidos. Sou filho de admitida. Minha mãe é das que ingressaram na Administração para subir morro de favela e alfabetizar a população. Sempre foi muito difícil tratar desse assunto porque, inclusive, foi um assunto que gerou a separação dos meus pais. Meu pai era funcionário de carreira concursado, minha mãe era admitida, e os dois travaram uma disputa – saudável, ou não – de tentar reconhecer quem era mais importante para a sociedade.

Quem serve a sociedade, seja admitido ou estatutário, concursado, serve a sociedade. E quando os trabalhos não têm a mesma retribuição por parte daqueles que nos remunera, nós criamos uma injustiça que jamais pode ser recuperada.

Isso gerou uma incompatibilidade em casa, porque meu pai sempre atuou na área de finanças e orçamento. Então historicamente ele era um daqueles que diziam não. O “não” a demandas históricas dos admitidos, que muitas vezes e hoje isso é muito presente, são remunerados aquém daqueles que eles próprios fiscalizam. Hoje temos exemplos de pedagogos, de profissionais da área social que tem de acompanhar convênios que a base legal desses convênios impõe uma remuneração superior àquela que o Município conviniu para remunerar, criando das distorções mais perigosas que se pode enxergar.

Falo isso porque durante um período fui Líder do Governo, e recebemos nesta Casa um projeto que tratava da gratificação por desempenho, batizada de GDA. E quando a GDA chegou à Casa não tinha nenhuma possibilidade de correspondência para os admitidos. E digo à Administração de sempre, não foi nem este nem aquele governante. Ela sempre se curvou a uma leitura do texto constitucional de que o admitido, independente de ter construído por via constitucional a sua estabilidade ou não, ele era de uma categoria distinta de outros. Condição essa que todos nós hoje sabemos que está absolutamente superada.

É verdade, meu sempre relator do orçamento, que para produzir justiça em especial remuneratória, nós precisamos mais do que ter recursos, tomar decisões políticas. E isso é porque as decisões políticas às vezes levam tempo na maturação. Falo isso porque há espaço hoje, em minha opinião, para uma decisão política que não se tinha em outro momento.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Se é verdade que o Município conseguiu depois de mais de 10 anos de batalha ter justiça na fórmula de cálculo da nossa dívida, nós podemos aplicar o mesmo com a dívida que temos com esses servidores admitidos. Estou dizendo isso porque acho que é possível a Câmara ter uma atuação bastante franca, objetiva nesse processo. Justo tem de ser o comando de tudo, mas tem de ter muita transparência, contar de fato o que se pode, como se pode e produzir isso.

Preocupa-me hoje, até porque quando da convocação por solicitação do Vereador
Jair Tatto, me parecia que havia estruturado a presença de dois secretários. Não sei se o meu atraso impediu que eu encontrasse os dois secretários que chegaram às 10h e saíram antes que eu chegasse. (Pausa) Não chegaram.

Então me preocupa porque tinha para mim a leitura de que o Executivo estava disposto a debater com esta Casa, com aqueles que têm não só a responsabilidade técnica, como os técnicos que aqui estão, mas também responsabilidade política. Falo isso porque tenho insistido...

A SRA._____ - Desculpa fazer um aparte, Vereador, só para dizer que estou aqui representando o Secretário Valter. E só para concluir o encaminhamento, justamente propus uma agenda. Na verdade já temos uma reunião marcada para enfrentarmos as questões e procurar uma solução.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Está bem. Falo isso porque tenho insistido que o Executivo tem de ter uma postura de presença nos debates legislativos. E aí são as autoridades executivas que têm responsabilidade na decisão política.

Falei isso nas semanas passada e retrasada quando na nossa reunião da Comissão tivemos a presença do Secretário Adjunto e não do Secretário Titular, inclusive, o meu desejo era não realizar a reunião pela ausência do Titular. Fui convencido pelo Vereador Jair Tatto, que é o relator da LDO, que não deveria cancelar a reunião porque o Secretário Adjunto, funcionário de carreira, ali estava. Mas não estava aquele que foi escolhido pelo Prefeito para ser o responsável por aquela pasta.

Infelizmente, meu amigo e Presidente desta audiência pública, Jair Tatto, vou mais uma vez levar ao senhor o meu descontentamento. Nós aprovamos uma audiência pública pelo senhor solicitada na certeza de que o Executivo tinha a mesma preocupação que V.Exa. É uma pena que o Executivo mais uma vez inverta a lógica, reduza o tamanho da Câmara e de todos aqueles que estão aqui.

Não que os nossos servidores que aqui estão nos acompanhando não tenham importância. Eu sou servidor antes de ser Vereador e, portanto, sei a importância que o conjunto de assessores tem para a decisão política do responsável pelas pastas, mas se convidamos e convocamos uma audiência pública para os Secretários Valter e Suplicy, é porque um compromisso por parte deles havia sido construído com esta Comissão, com o povo desta Cidade e com os servidores.

Por isso concordo que o Executivo receba sempre que quiser, por convite ou por pressão, os servidores. Essa é uma relação que os servidores realizam com o Executivo, mas quando a Câmara se envolve é inaceitável que o Executivo faça cena como tem feito conosco, sob pena – e aí concluo – daqueles que confiam na Câmara para este debate passarem a desconfiar das nossas competências.

Portanto, o que vou fazer na Câmara se toda vez que os Vereadores falam que teremos a oportunidade de dialogar direto com os secretários, o máximo que aqueles Vereadores conseguem é trazer aqueles que falamos toda semana. Portanto, eu e os Vereadores Ricardo Nunes e Jair Tatto não conseguimos articular a presença do Executivo,

secretários em audiências.

Assim sinto que nos diminuímos, nos ajoelhamos e repito: não é frente a este Executivo, porque quando fui Líder do Prefeito Kassab, os Secretários da época também tinham uma dificuldade violenta de vir aqui.

No período do Serra, também. No período da Marta, também. Talvez, a nossa reforma política tenha um tema importante. Talvez, como hoje há em Portugal, qualquer Secretário, para assumir uma Secretaria, tem de ser posto à prova do voto e, portanto, compreender o que é relação com o povo de verdade. E, portanto, ter, a partir dessa relação com as pessoas, construído a primeira identidade para ser agente público e, no caso ali, mandatário de um cargo apresentado pelo Prefeito. É a vontade de conversar com as pessoas, não se encastelar e se esconder dentro dos gabinetes. Falo isso na garantia que confio em nossa democracia, nas relações republicanas.

Peço desculpas aos admitidos e às admitidas, se nesse período de dez anos não pude mais por vocês, porque é o que eu falo para a minha mãe toda a vez em que ela me cobra. Mas quero dizer que, o que vocês enxergam hoje aqui é a capacidade limitada que o Parlamento tem, porque ele não sabe se por de pé. Ele insiste em ficar ajoelhado. (Palmas)

Quando o Parlamento está ajoelhado, quem sofre é a sociedade.

Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Obrigado, nobre Vereador José Police Neto.

Temos 14 inscrições para 45 minutos. Cada um poderá falar por três minutos.

Tem a palavra Tais Sandri, do Sindsep.

A SRA. TAÍS SANDRI – Bom dia a todos. Taís Sandri, admitida, aposentada, persistente, batalhando desde 1994 pela valorização de nossos salários. Relatarei parte dessa história.

No final da década de 70, quando a anistia se avizinhava e a ditadura militar vivia seus últimos e contrafeitos anos de vigência, muitas demandas bateram às portas da

Administração pública, clamando pelo atendimento de suas necessidades básicas.

Há vários anos sem concursos públicos, e para suprir a carência de serviços e de servidores, inúmeras pessoas ingressaram no serviço público municipal para atender as múltiplas frentes de trabalho que se apresentavam. Não havia especificação da forma pela qual essas pessoas ingressariam e diversas maneiras de encaminhamento dos servidores recrutados poderiam acontecer: desde a seleção pública até as famosas cartinhas de vereadores.

No ingresso, essas pessoas passavam por exame médico e eram encaminhadas ao Departamento Pessoal da Prefeitura munidas de seus diplomas – superior, médio ou operacional.

Pois bem, na tentativa de arrumar a casa, a Administração municipal fez aprovar a Lei nº 9.160/80, em 13 de dezembro de 1980, que: “instituiu o regime jurídico dos servidores admitidos em serviço de caráter temporário e contratados para funções de natureza técnica especializada”. Porém, previa o seu artigo 5º que: “Trienalmente o Executivo procederá ao levantamento dos servidores admitidos nos termos da presente lei, criando cargos e providenciando a realização de concursos públicos para o seu provimento”.

Naquele momento, o total de admitidos, na Prefeitura Municipal de São Paulo, girava em torno de 80% do total em efetivo exercício, mas os concursos não vinham – e não vieram.

Em 05 de outubro de 1988, a nova Constituição do país foi promulgada e, no que diz respeito a essa questão do servidor público admitido, que o país inteiro tinha, em seus incontáveis Municípios, Estados e na Federação, o assunto foi tratado assim: quem tinha cinco anos de serviço público, ficava e quem não tinha, ia embora. Os que ficavam teriam estabilidade.

Só que isso não aconteceu. Ninguém foi mandado embora, pois todos trabalhavam e ninguém queria abrir mão desse contingente de servidores tão baratos quanto competentes.

Alguns concursos chegaram, mas poucos. Uns passaram e se efetivaram. Outros aguardavam os seus respectivos e continuaram suas tarefas como sempre.

Com os novos quadros do Maluf, os admitidos tiveram o seu tempo contado, mas a defasagem salarial aumentou. Veio, então, uma nova revisão de quadros municipais, entre 2003 e 2008, primeiro para os operacionais e básicos, depois para níveis médio e superior e todos foram colocados no Nível I, no máximo na Referência V, aumentando a diferença que já era grande em relação aos seus colegas efetivos, pois o tempo de serviço não foi considerado.”

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dona Taís, já estamos em cinco minutos!

A SRA. TAÍS SANDRI – Já estou concluindo.

Senhores, essa é a situação funcional do servidor admitido na Administração pública da cidade de São Paulo. Estamos aqui hoje para cobrar o prometido, em campanha, pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad: salários iguais para trabalhos iguais. Aliás, direito esse reconhecido recentemente pelo próprio Papa Francisco.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Vilvana Benassi.

A SRA. VILVANA BENASSI – Bom dia a todos.

Agradecemos o apoio, desde o começo, da Deputada Luiza Erundina; da Monazem, Assessora da Deputada; da Celina, também da Assessoria. Por meio da Deputada, chegamos ao Sr. Secretário Suplicy, que também nos apoiou e que nos levou ao Sr. Secretário Valter Correia.

Na época de Erundina, aconteceram todos os concursos públicos, em que todos os servidores foram colocados nos quadros. No Governo Erundina, houve uma atenção especial aos servidores com tempo de serviço de terceiros, aos educadores de adultos, às ADIs e aos operacionais. Então, agradecemos por todo esse apoio.

O Vereador Police colocou muito bem a nossa questão. Não concordo com o que o

Vereador Ricardo Nunes disse quanto à questão de impacto na folha, porque a própria gestão, na mesa de negociação, nos disse que tem dinheiro, sim; que o impacto é muito pouco na folha para o número de admitidos, dentro do universo de todo o funcionalismo.

Outra coisa: não entramos pela porta dos fundos. Entramos pela porta da frente, por meio de uma lei criada pela Prefeitura, que permitiu que ficássemos nessa situação até hoje. Ela é a única responsável por nossa situação. Então, ela tem o dever de resolver a nossa questão. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Sra. Vilvana, não falei sobre impacto de folha.

Quis participar desta audiência, porque defendo, acho que é importante contribuir para defender essa causa. Você está colocando como se eu fosse contra e eu não sou contra. Sou a favor.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Maria Adelaide Dias, da Secretaria de Saúde, Covisa CCZ.

A SRA. MARIA ADELAIDE DIAS – Bom dia a todos.

Sou Bióloga, especialista admitida com formação em Biologia.

Conforme a Silvana falou, não entramos pela porta dos fundos. Muitos aqui entraram por seleção pública, por concurso. Eu entrei por concurso. Hoje sou admitida, porque achei justo pedir a exoneração de um cargo, que era de escriturário, para exercer a função de biólogo.

Tenho 34 anos de Prefeitura. Sou responsável por um setor onde existem biólogos efetivos que ganham o dobro que eu. Então, é uma situação muito constrangedora. Muitas injustiças ocorreram ao longo desse tempo. Uma delas que eu queria ressaltar – inclusive o Vereador Police falou a respeito das gratificações – é a de 2007, quando ocorreu a

reestruturação e nós, admitidos, já tínhamos, no mínimo, 15 anos de trabalho. Nessa reestruturação passamos a ter sete anos. O nosso tempo foi reduzido.

Então, nessa gratificação, citada pelo Police, 84 admitidos – especialistas e outros dos demais níveis com gratificações semelhantes – ficaram sem receber gratificações de desempenho de atividade por não terem formações compatíveis, o que não é verdade. Eu tinha, na época. Não fui reconhecida como Bióloga, como até hoje não o sou, apesar do trabalho que desenvolvo.

Enfim, essa gratificação era de 1.300 reais, que deixamos de receber desde 2010. Então, se os senhores puderem fazer as contas, poderão perceber o quanto isso representou de perda salarial.

O não estáveis Referência I, permaneceram na Referência I – nunca puderam subir -, e os estáveis foram distribuídos nas referências II e V.

Outra coisa, entre os próprios admitidos, isso também aconteceu com os DAE e DAS, níveis médio e básico, que tiveram muitas perdas.

Então, acho que agora é o momento de se fazer essa reparação. A justiça tem de ser efetuada o quanto antes, porque já se passaram muitos anos.

Trinta e quatro anos na ativa e não tenho intenção de me aposentar. Desenvolvo projetos na Prefeitura, no Laboratório de Zoonoses e gosto muito do que faço. Infelizmente, não há reconhecimento.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, antes, me ausentarei um pouco para acompanhar o Presidente da Comissão de Finanças de Salvador. (Palmas)

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou presidente da Central Sindical Liberal dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e da CGTSD, que é um órgão filiado à Uniglobal

Trabalho Cidades.

Primeiramente parabenizar o Vereador Jair Tatto que promoveu esse grande debate, os demais Vereadores e autoridades da Mesa, e todos e todas.

O Brasil, um gigante adormecido, desde o descobrimento, veja bem, o Brasil passou 450 anos para ser apontada universidade do país, no Estado do Paraná, em 30 de março de 1930 e lá não aconteceu uma revolução no País. Aí depois, veio o regime militar e travou todo o sistema de educação no País. Só estudava na universidade os ricos, classe média alta, travou até o ano de 88. Depois veio Fernando Collor de Melo, que roubou todo o dinheiro que os trabalhadores tinham nos bancos e o povo não saiu, não pegou em armas, aliás, vários se mataram e não tiveram coragem em tirar em Fernando Collor, vamos dizer, a tapa da Presidência da República. Depois houve aquele trambique, aquele circo macabro, o Fora Collor Já, com aqueles que roubavam junto com ele. E hoje ele continua agindo no Senado da República.

Mas aqui, nos seis anos que o Kassab passou ele não tinha um diálogo participativo, um debate diplomático como está acontecendo no atual Governo, ele transformou as 32 subprefeituras em verdadeiro quartel da Polícia Militar, para barrar todas as ações da sociedade paulistana e aqui, para encerrar, as nossas centrais, a nossa entidade vem saudar o Sindissep e apoiar a fala de todos e todas, que são salários iguais, direitos iguais para os servidores admitidos e contratados pela Prefeitura de São Paulo. E, sem dúvida nenhuma, para encerrar, dentro do universo da plenitude democrática e de visibilidade políticas e sociais que inverteu o comportamento ético e de transparência do Governo Haddad, sem dúvida nenhuma ele vai rever a reivindicação do Sindissep e de todos e todas e vai regulamentar o quadro de servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Claudio Daversa, Acef; Pedro Tavares Figueiredo, pronto socorro Maria Antonieta, em seguida.

O SR. CLAUDIO DAVERSA - Bom dia companheiros e companheiras. Eu trabalho

na Secretaria Municipal de Finanças e sou servidor admitido. Antese de qualquer coisa eu só queria comentar aqui que é engraçado que as pessoas que viraram as costas para a gente agora vem aqui apoiando a gente. Eu acho isso incrível. Só isso que queria comentar.

Bom dia, Vereadores e funcionários colegas. Nós temos trabalhado bastante para essa audiência ocorrer, temos feito panfletos, musicas, bastante coisas, inclusive nós vamos protocolar um ofício com o nosso advogado, pedindo trabalhos iguais, salários iguais e como medida justa que se requeira a evolução dos servidores admitidos dentro dos quadro QPA cm seus respectivos reconhecimentos financeiros e benefícios, acompanhando décadas de trabalho injustamente desconsideradas. Uma cópia vai também para o Presidente da Câmara.

Como opinião pessoal, eu acho que a gente tem que ser efetivado mesmo, porque a gente tem sido muito mal tratados. Nós somos mal tratados como a Terezinha e Jesus, do Chico, um chega com flor, outro chega dando pancada, outro chega com uma garrafa de pinga, mas ninguém respeitou o admitido até agora.

A solução é efetivar por cinco motivos: Nós estamos casados há trinta anos com a Prefeitura, então é uma união estável. Sou casado há sete anos com a minha mulher e tenho menos direito na minha união estável com ela do que na relação que tenho com a Prefeitura.

Somos poucos, não oneramos a folha, e cada vez somos menos. Estamos com idade avançada, não há jovens entre nós. Não há mais admissão sem concurso. Isso foi um erro da Prefeitura, então eles têm de reparar a burrada que fizeram, tem de regularizar essa situação. Mas falta vontade política.

Os doutores da lei falarão que não pode por causa da Constituição. Mas a Constituição rege que temos de receber um salário decente, que temos de ser valorizados e receber reajuste todo ano. Então que parte da Constituição eles leram? Só a que nos prejudica?

Temos urgência para isso, porque haverá uma eleição, e ninguém sabe o que se define após uma eleição, porque pode ganhar um partido que detesta admitido. Portanto,

temos de conseguir as melhorias agora. Como dizem os companheiros, “chega uma hora que chega”.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Marcia de Oliveira, da Associação dos Administradores Municipais de São Paulo.

A SRA. MARCIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Sou Presidente da Associação dos Administradores do Município. Estamos aqui, primeiro, para apoiar, porque somos todos servidores.

Somos servidores municipais, e essa diferença entre um e outro não existe. E quem criou essa diferença terá de prestar contas. Trabalhamos lado a lado com eles e fazemos o mesmo serviço. Estou me solidarizando com os admitidos da Secretaria de Esportes.

Todo o trabalho da Secretaria de Esportes foi feito baseado nos admitidos, pois não havia quase efetivo. Na época do PAS, houve um concurso para os profissionais de Educação Física em que alguns deles passaram e foram efetivados.

Agora temos admitidos que estão do QAA e temos os efetivos, que trabalharam durante 25, 30 anos como admitidos e se efetivaram. Essa é uma nova situação.

Também alguns pedagogos se efetivaram durante o processo dos concursos, na época da gestão da Erundina, que hoje são Q4, Q3. Então, além de toda a questão do admitido que ficou parado, existem essas pessoas trabalharam durante muito tempo como admitidos e se efetivaram, e também estão nessa situação.

O admitido tem de ser visto como um todo, ou seja, todos que passaram por essa trajetória, considerando o tempo de trabalho, independentemente do vínculo empregatício, ele tem tempo de serviço para a Prefeitura de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria Luiza da Silva, da Secretaria de Esportes.

A SRA. MARIA LUIZA DA SILVA – Obrigada. Agradeço muito a Sra. Marcia, que veio nos apoiar em nome dos colegas da Secretaria de Esportes.

Essa luta não é de hoje. Acompanhei junto com as colegas das bibliotecas, a Sra. Geni, a Sra. Sueli; estivemos várias vezes aqui, entregamos uma carta para o nobre Vereador José Police Neto há muito tempo. A luta é grande, não é de hoje, e não admito que nós, os admitidos, sejamos chamados de Trem da Alegria, porque é uma turma que trabalhou e continua trabalhando construindo as políticas públicas no Município de São Paulo.

Somos formigas, e nunca seremos cigarras.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Cristina Cabral, Assessora do Vereador Eliseu Gabriel.

A SRA. CRISTINA CABRAL – Bom dia a todos. Estou Assessora do Vereador Eliseu Gabriel há um ano, sou da carreira do Magistério e da carreira dos Médicos Veterinários, porque eu tinha dois cargos na Prefeitura e me exonerei do admitido.

Sofri muito nesse período, porque ser Médico Veterinário na Prefeitura é um complicador, atualmente, porque somos considerados de forma muito desrespeitosa também.

Não concordo com a metáfora da Sra. Marcela, com todo o respeito. Discordo da metáfora da pedra, porque os senhores jamais desviaram do caminho. Isso é poeticamente legal, alguns carregam a pedra, mas acho que essa metáfora não nos cabe no momento.

Também gostaria de divulgar uma notícia boa. Ontem passou pela CCJ da Câmara o PL 84/ 2015, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel, orientado dentro do trabalho dos admitidos. Então anotem para os senhores acompanhar esse trabalho.

O projeto diz o seguinte: “O presente projeto de lei objetiva-se alterar a Lei 14.660, de 26 de dezembro de 2007, para estabelecer que os docentes admitidos, estáveis ou não estáveis, titulares de cargos criados pela Lei 8.694/78, tenham enquadramento por evolução funcional levando-se em conta o tempo de atuação no Magistério e a isonomia com os efetivos

que exercem a mesma função. Nada mais justo que se corrija tamanha injustiça, uma vez que esses profissionais exercem com igual afincos a árdua e, ao mesmo tempo, prazerosa tarefa de educar. Assim sendo, espero contar com o apoio”. Está publicado, podem consultar na Câmara.

Como Educadora, Supervisora Escolar e Professora, continuo dando aula, apesar de estar com um dos cargos aqui, reitero que sem participação e mobilização não conseguiremos. E tem de ser agora, não dá para esperar aposentar para, depois, não ter direito como aposentado.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. João Edson, Agente Vistor da Subprefeitura de Perus.

O SR. JOÃO EDSON – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer aos Srs. Vereadores Ricardo Nunes e Jair Tatto; ao Sr. Sérgio Antiquiera, Presidente do Sindsep, que está colaborando muito nessa luta dos admitidos; ao Dr. Fernando, que conheço há muito tempo; e a Sra. Marcela.

Sou Agente Vistor admitido desde 1986; prestei concurso em 1988, fui aprovado, não fui nomeado por conta de um concurso ter ficado 3 anos e 8 meses *sub judice* por conta dos que não foram aprovados, que entraram na justificativa e conseguiram ficar durante 3 anos e 8 meses, e até agora estamos nessa condição.

Reiterando, os agentes vistor estão em processo de negociação com o Governo e, pasmem, o Governo nos apresentou uma tabela reduzindo nosso salário em 11%! Só para ficar registrado. Diante disso, cheguei ontem de Goiânia, nós criamos a Associação Nacional dos Fiscais de Atividades Urbanas, pois fomos reconhecidos na CBO a partir de 2015, agora temos a nossa classificação brasileira ocupacional dentro da CBO. Criamos essa associação e lá foi apresentada moção em apoio a nossa luta, e que ela seja reconhecida não só para os admitidos da cidade de São Paulo, mas a todos no Brasil inteiro. Não somos só nós servidores

que enfrentamos esse problema.

Para concluir, a fiscalização da cidade de São Paulo cumpre toda legislação que esta Casa Legislativa aprova e que o Executivo sanciona. Isso resulta em qualidade de vida a todo cidadão paulistano, pois a ordenação urbana depende do nosso trabalho. Que seja reconhecido o direito e o dever da administração pública em reconhecer todos os servidores, pois 29 anos não se joga no lixo dessa maneira.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Sueli e em seguida Mona Zen, assessora da Deputada Federal Luiza Erundina.

A SRA. SUELI – Muitos que estão aqui me conhecem, eu já falei demais, já escrevi demais, já trabalhei demais e já chorei demais. A gente trabalha todo esse tempo para que seja reconhecida pela Administração Pública a sua responsabilidade sobre o destino de 7.200 servidores públicos municipais admitidos, aposentados, na ativa, estáveis, não estáveis, com ou sem gratificação, em qualquer quadro, em qualquer nível.

Estou cansada, mas ao mesmo tempo me sinto recompensada em ver este momento sendo produzido. A fala que fazemos há 27 anos, eu escuto reproduzida por vários colegas, por vários Vereadores, por vários representantes de sindicatos. Foram muitas lutas, muitas batalhas. Haja dignidade... (Aplausos)

O Vereador Police Neto disse e quero reafirmar: há tempo para maturação política e para que as coisas aconteçam. Acreditamos na Administração Fernando Haddad, trabalhamos para que ele ganhasse, ele se comprometeu a trabalhar com o princípio de salários iguais para trabalhos iguais. Estamos aqui para cobrar esse compromisso, compromisso que discutimos por dois anos com o Governo. Há uma proposta construída com o Governo, e ela está aprovada e são duas leis, a lei que cria o quadro dos analistas e a lei da Saúde. Temos um quadro à parte, não há mais problema jurídico, não há mais! A questão

agora é vontade política, é valorizar a tabela, elevar os salários compatível com o nosso tempo e com a nossa competência, com a nossa responsabilidade, com o nosso compromisso na construção desta cidade, com a redemocratização do país. A gente merece respeito e respeito não pode ser declarado, respeito tem de ser demonstrado. E é essa demonstração que peço à Administração Pública, pois já fomos humilhados com vetos, com pareceres. Agora queremos publicação em Diário Oficial, assumindo o compromisso de resolver a situação agora!

Obrigada.

(Aplausos prolongados)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Mona Zen e, em seguida, Márcia Castro, Clube Escola Vila Alpina.

A SRA. MONA ZEN – Bom dia companheiros, companheiras, trabalhadores, trabalhadoras da Prefeitura do Município de São Paulo, Srs. Vereadores, representantes dos sindicatos que representam a nossa categoria. Trago o apoio a nossa causa, aos trabalhadores admitidos na Prefeitura do Município de São Paulo da nossa ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

Srs. Vereadores, os trabalhadores que estão aqui carregando esta caixa são os que carregam o cotidiano da nossa Administração; que trabalham em condições muito desfavoráveis. Nós carregamos o cotidiano da Saúde, da Educação, do Transporte e da Assistência Social da cidade de São Paulo.

Esses trabalhadores estão ficando com os cabelos clareados, brancos, porém, a coluna não se curvará ante a injustiça que a Prefeitura do Município de São Paulo quer nos impor.

Sr. Vereador, em nome de trabalhadores de mais de 20, 30, 40 anos – que está carregando cotidianamente a Administração, peça ao Sr. Prefeito, atenda essa categoria, atenda os trabalhadores. Há propostas, temos proposta, ela está concluída há mais de dois anos. Houve a construção de uma proposta com o Governo, o Sr. Prefeito atendeu sim aos

trabalhadores na época da campanha. Hoje que tem o poder da caneta para reparar uma injustiça, não está atendendo os trabalhadores. Peço ao senhor, que tem o Poder Legislativo desta Câmara, que é da base do Governo, peço uma audiência. Trago aqui o apoio da Erundina para que possamos reparar uma injustiça.

O poeta Geraldo Vandré já dizia: “Quem sabe faz a hora”. Nós vamos fazer a hora, chega de injustiça!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Márcia Castro, Clube Escola Vila Alpina; e, em seguida, Sra. Ângela Pinheiro de Almeida, Subprefeitura Freguesia do Ó – Brasilândia.

A SRA. MÁRCIA CASTRO – Bom dia a todos, a todas. Vou ser bem rápida, não vou ser repetitiva. Os admitidos, eu fui diretora do Sindsep, lutei porque eu sou admitida, e falta vontade política. Brincadeira, falta vontade política.

Foi dito em relação às contas da Prefeitura, e para situar a todos, informo: somos a Prefeitura mais rica da América Latina, Prefeitura mais rica do que Londres, país de Primeiro Mundo. E nós vemos, de novo, os admitidos sentados aqui – e eu aqui estive há 12 anos.

O Leandro era Presidente do Sindicato e eu diretora, não é Leandro? Quantas vezes nos sentamos para discutir e faltou junto aos Parlamentares vontade política? Sinto muito, tenho que dizer, falta vontade política e a vergonha também, porque, olha, eu tenho 37 anos trabalhado. São 27 de Prefeitura e 11 anos em empresa privada, eu sou uma má funcionária, apenas nove férias na minha carreira toda, por necessidade, criei três filhos sozinha, formei dois já, sozinha. A minha luta, admitida. Agora, se continuar faltando a vontade política como faltou aqui, o ano que vem é ano eleitoral, acabou para nós admitido. Vamos acordar, pedir que o Vereador Jair Tatto nos ajude. Por favor, Vereador.

Sérgio, adorei sua fala. Fernando, você foi completo em tudo que você falou. O que eu não vou fazer é ficar dando volta no rio, esperar mais 37 anos, porque eu vou estar com quase 90 anos e não vou aguentar. E eu também acho que quando vem para a mesa não é

pegar da companheira, da amiga para ler naquele instante, tem que se apropriar de um assunto para vir falar, para que a gente ande, porque, caso contrário, não adianta. Essa Casa aqui cheia daqui mais um mês, dois meses e a gente só rodar e não fazer nada. Ora, gente, foram falas maravilhosas. A fala da Márcia da Secretaria de Esportes foi ótima. Parabéns a ela e a todos que tiveram fala aqui. Falta vontade política e vergonha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Edna Pinheiro. Em seguida Bergair de Oliveira Valentina, do Sindisep. Depois, para encerrar, Maria Geni Ventura, servidora admitida.

A SRA. EDNA PINHEIRO – O que eu queria falar um pouco é a respeito de cursos e concursos. A questão dos cursos que foram colocados sempre como condição para que a gente pudesse ser reconhecido dentro do serviço público e que prioritariamente sempre foram direcionados para os funcionários efetivos e por isso os admitidos muito pouco fazer cursos realizados pela própria Prefeitura. Uma outra coisa, os funcionários que por ventura quiseram fazer cursos fora da administração pela própria questão salarial, nas horas de folga e fim de semana, eram obrigados a ter um segundo trabalho, então não puderam fazer de maneira pessoal outros cursos para se qualificar de uma maneira melhor. E isso é uma impossibilidade colocada pela própria administração que nós não podemos resolver.

A questão dos concursos. Houve muitos concursos, muitos funcionários foram aprovados, mas nem sempre chamados para efetivação. Os concursos caducaram. Não vou colocar a minha questão, mas uma boa parte dos funcionários prestaram concurso, foram aprovados e não puderam se efetivar também por incompetência da administração que não chamou todos os aprovados. Isso os concursos que tiveram a carreira correspondente aos cargos. Muitas pessoas admitidas com cargos não correspondentes às carreiras não tiveram sequer os concursos. Isso precisa ser considerado também em toda essa avaliação que está sendo feita, para que se possa construir uma proposta para todos.

Era só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sra. Edna. Bergair de Oliveira, do Sindisep.

A SRA. BERGAIR DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Agradecer do fundo do coração a Jair Tatto por abraçar a nossa causa junto com o Sindisep, porque é uma luta de anos e anos. Vários de vocês acompanharam, mas eu vou citar um nome que sempre acompanhou em todos os momentos, a Sueli Farah. Falando a respeito da nossa luta, dessa adversidade toda, da injustiça que todos nós carregamos, nessa abençoada lei existe o admitido estável, o não estável; e o admitido não estável ainda não tem direito a muito mais coisas, ele é podado de muito mais coisas, ele não é reconhecido por muito mais coisas do que os demais.

Voltando, Sueli, àquela nossa luta no governo da Marta Suplicy, que houve concurso público para a Saúde, a maioria de nós prestou o concurso e não foi chamada, e na lei dizia que quem não prestou o concurso, quem prestou o concurso e não passou, e quem prestou concurso, passou e não foi chamado, seriam exonerados em 180 dias. Graças à luta do Sindisep em conjunto com essa categoria da (ininteligível) conseguimos reverter. Foi maravilhoso.

Gente, eu sou admitida não estável. Eu estava na linha do gol para ser exonerada, com vários outros trabalhadores. Houve, por parte da Marta Suplicy, o reconhecimento do direito às letras e pagou em três parcelas anuais DAE e DAS. Conseguiu, com a luta dos trabalhadores, por isso que eu falo: não existe sindicato forte sem o conjunto dos trabalhadores. O trabalhador tem que tirar o traseiro da cadeira e vir para a luta, para a rua. Se ficar acomodado nos locais de trabalho, os aposentados acomodados em seus lares, se comunicando apenas pela internet não resolve. Devido à luta que houve no governo da Marta é que estou hoje como dirigente do Sindicato, senão eu estaria fora do serviço público municipal. Essa luta retirou o parágrafo único do Art. 5º da Lei 9.160, que previa inscrições *ex officio* em concurso, permitindo desse modo a permanência dos servidores admitidos não estáveis no

serviço público municipal. Gente, isso foi uma luta do Sindisep e da categoria. Então, por favor, somente unidos nós venceremos.

Tem uma fala do Gandhi mais ou menos assim: primeiro você é ignorado, depois você é ridicularizado, por fim você será reconhecido. Parabéns a todos nós que estamos aqui e que conseguimos trazer o dobro disso para a próxima ação. Obrigado, Jair Tatto, do fundo do coração. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Maria Genilde Mesquita Ventura, servidora admitida.

A SRA. MARIA GENILDE MESQUITA VENTURA – Boa tarde. Chegamos aqui logo cedo, agora é meio-dia em ponto. Quero saudar os companheiros admitidos, Mesa, os parlamentares que abraçam esta causa e dizer que tenho 40 anos de serviço público, 40 anos, como vocês, dedicados à Cidade.

Ser servidor, companheiros, é um sacerdócio. Tem servidores e servidores. Quando nos colocam servidor admitido e servidor efetivo, somos servidores. Não importa o vínculo, porque trabalhamos duro dia a dia. Eu iniciei minha vida na antiga Secretaria do Bem Estar Social. Tive a honra de ter como primeira chefe Luíza Erundina, que chegou a ser Prefeita. Naquela época pegávamos barco para atender emergências, subíamos morros.

Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria do Esporte, Secretaria de Transporte, todas tinham em seus quadros servidores admitidos - erros de gestão, erros de condução de governos. Batemos à porta de governo após governo para que essa situação fosse regularizada, para que o nosso reconhecimento acontecesse. Tínhamos somente “vamos ver, vamos fazer audiência, para a próxima semana”. Terminava o governo e novamente nós, não com o chapéu na mão, mas com indignação no peito por não sermos reconhecidos pelo nosso trabalho do dia a dia...

Quando Luiza Erundina assumiu a prefeitura de São Paulo e tinha como meta estruturar a Cidade, fazer uma reforma administrativa jamais vista na principal capital do País,

montou o grupo dos doze na Secretaria da Reforma, nasceu o modelo da subprefeitura. Dentre os seus servidores, dentre os seis técnicos existentes três eram admitidos, dentre eles eu.

Nós temos que ter governantes que honrem aquilo que prometem, que honrem as palavras colocadas em campanhas para que sejam eleitos, que no exercício da gestão cumpram aquilo a que se comprometeram. Salários iguais para trabalhos iguais. Nós não vamos estender o chapéu aqui, porque o chapéu será reservado para reverenciar aquele que honrar o trabalho dos admitidos que duramente honraram a função pública.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Quase chegamos ao meio-dia, o tempo que exceder o combinado é por conta do tempo que os membros da Mesa utilizaram – e muito bem. Então, por três minutos, o Dr. Fernando Amaral, para suas considerações finais.

O SR. FERNANDO AMARAL – Bem, gente, para encerrar, acho que é importante retomar algumas coisas que são fundamentais na luta na questão dos admitidos. A primeira reunião a que fui para tratar do tema “Admitidos” na Prefeitura foi nos planos de Marta. Quando foi isso, gente? Faz mais de 10 anos.

A questão lá era discutir: vamos criar uma tabela; vamos, na hora de fazer uma aproximação na tabela, vamos colocá-los, aproveitar o tempo de cada um, inserir, reenquadrar naquela tabela.

Passou aquele tempo e, de lá para cá, de novo, recuperando, mudou-se a situação, fática de cada um. Naquele momento, a realidade era uma; hoje ela é completamente diferente. Nenhum mais motivo jurídico de ficar sustentando a ideia de “Ah, não pode ter carreira; ah, não pode fazer equiparação”. Foram 30 anos, pela incúria - não do servidor – da Administração, na medida em que, nesses anos todos, a questão do concurso, a questão da valorização do tempo, a possibilidade de os admitidos terem acesso aos concursos internos. Isso tudo foi negado nesses últimos 30 anos. Precisamos recuperar essa questão. Isso é um fundamento essencial para qualquer tipo de discussão.

Há, na Prefeitura, um requerimento, mais de quase 2 mil requerimentos, para que sejam aproveitados, seja contado o tempo na Prefeitura para efeito de enquadramento nas tabelas, com base numa decisão judicial da qual a Prefeitura não recorreu, admitindo, naquele caso concreto, que existia plausibilidade jurídica para o pedido da servidora: se aproveitar no tempo. Só essa medida - só essa – já recupera bastante a questão salarial.

E a segunda questão: há uma proposta na mesa de se criar uma tributação própria para os admitidos. Está na hora de se olhar para essa tabela com mais carinho e vencer esse obstáculo jurídico para poder, finalmente, dar uma luz para essa questão e resolver esse problema, está bem?

Obrigado e desculpa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Fernando Amaral.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao nosso companheiro Sérgio Ricardo.

Permita-me, antes, anunciar que está presente aqui a Sra. Flávia Rolim, Assessora do Gabinete do Secretário Eduardo Suplicy. Muito obrigada pela presença. (Palmas)

O SR. SÉRGIO RICARDO – Bem, primeiro que fico extremamente contente e satisfeito com o resultado dessa audiência pública, que acho que a ideia, a proposta era só ser um provocador, um inicial. Foi uma ideia fantástica vinda do Grupo de Trabalho de Admitidos, que falou: “Precisamos trazer isso a público, tornar pública tanto nossa reivindicação, quanto que consigamos sair daqui com compromisso” - compromisso muito além do que temos conseguido que é passar, além das negociações, mas ir para a efetivação de uma causa, como Fernando disse, que dura 30 anos, que se perpetua dentro da Prefeitura.

Segundo, que tenho de fazer justiça ao Vereador Jair Tatto porque prontamente o Gabinete se disponibilizou a fazer, com todas as condições possíveis, para que isso fosse realizado. Isso não é fácil.

E fazer justiça duas vezes ao Vereador Jair Tatto, porque o Vereador José Police

Neto – fazendo justiça também -, em 2008, estivemos várias vezes no Gabinete, tentando resolver o problema dos admitidos, e não conseguimos avançar do Executivo.

Então, da mesma forma, não dá para responsabilizar nenhum dos Vereadores que estão aqui, se o Executivo não vem aqui se responsabilizar. Aí estamos cobrando do Governo Fernando Haddad. (Palmas) Não serão os Vereadores. Por isso citei José Police Neto, porque ele pode ajudar – era Líder do Governo e tudo, mas, no Governo Kassab não andou. E aqui queremos que ande. O tempo está curto – foi colocado aqui.

E aí justiça a Ricardo Nunes, que também é assim, um Vereador que vem apoiar. Temos 55 Vereadores na Casa. Temos algumas Assessorias presentes, tudo, mas, aqui na Mesa, estamos com três. Queremos ampliar. Foi mandado, protocolado, pelos servidores admitidos, na semana passada, em todos os Gabinetes, nós reforçamos por *e-mail* para todos. Queremos que todos apoiem.

Outra coisa, também ao Ricardo Nunes, que ele fala da questão do Orçamento até porque é a praia dele, Relator Orçamentário no ano passado e tudo. Agora, o sindicato não tem a menor ingenuidade – nem pode ter – que, no tempo todo com o serviço público, estamos fazendo disputa orçamentária com forças que sabemos quais são e com outras que mal sabemos quais são, tá? Nós disputamos o Orçamento. Por isso que tínhamos de estar na rua, com paralização.

Agora, jogarmos essa responsabilidade para servidor admitido, que é fragilizado... Uma coisa é uma categoria que está num lugar que consegue parar aquela unidade. Agora, um servidor admitido dentro de cada unidade – o acordo -, de que forma que faremos senão com vontade política?

A reparação depende dessa vontade política muito mais ainda para os admitidos – muito mais ainda. É a responsabilidade que tem, de cumprir, no ano de campanha, e nesse prazo que agora finda, retomamos aqui. Então, a disputa orçamentária, não vamos poder fazer simplesmente... Que paralização que se vai fazer se 2/3 da categoria é de aposentados?

Então não podemos jogar a responsabilidade para os admitidos. Temos de dar a quem é de direito. A responsabilidade, neste momento, desses 30 anos, sempre foi da Prefeitura e, neste momento, está nas mãos de Fernando Haddad, e é dele que estamos cobrando, e é dele que esperamos uma resposta positiva daqui para frente, e que não demore muito, neste ano ainda.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sérgio.

Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só agradecer a presença de vocês, a confiança que, felizmente, a sociedade mantém no Parlamento.

Acho que se falas que se sucederam não inovam, mas elas reforçam aspectos que precisamos. E aí vou fazer um esforço, junto com Jair e junto com Ricardo, de fazer chegar aos outros Vereadores. Um pouco da história da Cidade passa pela mão de cada um de vocês e é importante contar isso para os outros Vereadores.

Quando observamos a forma como a Administração recepcionou vocês, como usou vocês e como descartou vocês, tem de ser contada para produzir um pouco do que acabou de ser falado. Não dá para pedirmos manifestação ou qualquer outra coisa para quem produziu parte da cidade correta que temos, parte das políticas públicas que ganharam estabilidade ao longo do tempo.

Na realidade, a capacidade intelectual que o Poder Público teve durante muito tempo esteve quase exclusivamente nas mãos dos admitidos. (Palmas) Não dá para tirarmos isso. Não dá. E falo isso com muita tranquilidade porque... É muitos enrolaram. Eu não disse aqui que não enrolaram, não.

Aqui fiz questão de admitir se erros dos governos a liderei aqui. Para mim não há problemas. O problema é não enfrentar os erros que já se reconheceram. Acho que essa questão é definitiva. (Palmas) E, portanto, todos nós, no nosso tempo – e que ele seja intenso

enquanto dure, mas que ele seja verdadeiro nas nossas práticas -, como nós sabemos das limitações dos Vereadores, somente com a unidade de todos se pode ter alguma força frente ao Executivo. Nós - eu, Jair e Ricardo - temos a tarefa de juntar outros vereadores. Se fosse uma demanda que encantasse a todos, teríamos a presença dos 55 vereadores. Precisamos ser sinceros nas relações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Nós faremos os encaminhamentos finais.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe-me dizer o que posso fazer individualmente.

Posso convencer outros Parlamentares a se unirem a você como nós estamos nos unindo aqui. Isso faz uma diferença, sabe por quê? (Palmas)

Enquanto a gente tem três, nós só somos três. Mas, não vou fazer isso sozinho, não. Se você não ficar ao meu lado, também não tenho a força do trabalhador, no caso, vocês, para nos ajudar a convencer os outros 55.

Sou filho de servidores. Faço esse discurso como já tenho feito e brigado por isso. Parte de admitidos que estão aqui amanheciam comigo na Casa para tentarmos convencer que a GDA tinha de ser estendida a todos os servidores admitidos indiscriminadamente. Vencemos parte dessa batalha? Parte sim. Parte não? Parte não. Mas, não faltou luta, essa questão eu quero colocar objetivamente, não faltou luta.

Não conseguimos convencer o Executivo, que nos convenceu a acompanhá-los. Houve uma fala muito precisa aqui, de que “nós temos que fazer tornar realidade o discurso que é feito no processo eleitoral.” Algo foi comprometido com o conjunto da sociedade para um período de gestão. A política é feita com algo sagrado, que é a palavra. Essa é a questão. A única coisa que o político tem para oferecer à sociedade é a sua palavra. E quando ela falta, não resta nada.

Então, a minha palavra é a de continuar essa defesa. Vocês estando do nosso lado, podemos ter não mais três, mas 15 a semana que vem, 20 a outra, 30 a outra.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Vereador José Police Neto.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Queria agradecer muito ao Sérgio Fernando e digo que eles estão sempre no gabinete, reivindicando, cobrando. Parabéns pela sua forma de agir, isso é importante, sempre nos falando sobre os acontecimentos.

Peço desculpas se vocês interpretaram errado o que eu disse. Temos uma situação nova na Cidade, que talvez possa ser usada positivamente. Talvez vocês tenham compreendido de forma errada. O Prefeito Haddad conseguiu um grande avanço em relação à dívida e isso é importante como argumento para o Sindicato poder continuar na luta de vocês, que agora é nossa também. Agradeço também à Marcela, que está se empenhando.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Gente, calma. Ela está fazendo o papel dela, por favor. É bom saber que a mãe do Vereador Police é admitida e quero parabenizar o Vereador Jair Tatto pela iniciativa. É muito ruim quando um vereador realiza uma audiência pública e fica sozinho.

Então, a causa é importante e por conta de achar importante e justa, você não pode ter trabalhos iguais e salários diferentes. Essa é a grande frase dessa audiência pública de hoje, iniciativa do Vereador Jair Tatto. É importante deixar isso claro e o parabenizo por isso.

Coloco-me à disposição de vocês para dialogarmos. Vocês precisam ficar um pouco mais juntos, porque defendemos a sua causa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Calma. Naquilo que pudermos ajudar – o Police disse bem, somos três Vereadores: o Police, eu e o Jair. Podemos trabalhar para trazer mais vereadores para ajudar essa causa. Parabenizo-os pela organização, parabenizo o Sindicato. Há uma frase, que diz: “para uma grande caminhada é preciso dar o primeiro passo.”

O primeiro passo foi dado. Coloco-me à disposição. Parabéns a vocês. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes.

Passo a palavra à Marcela, para suas considerações finais e peço mais um pouquinho de paciência à plateia.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Primeiro, queria só dizer uma coisa como Marcela e não como representante do Governo, mas como meu nome foi citado em uma das falas, só queria dizer que a minha fala foi colocada em outro contexto e naturalmente que dentro do novo contexto inserido ela faz um sentido.

Mas, só queria reafirmar que dentro do contexto no qual eu proferi a frase, que foi a metáfora da pedra, foi um contexto de alguém que tem a intenção, que está cumprindo um papel e tem a intenção de contribuir para arrumar uma solução para a questão, para o problema que está colocado. Afinal de contas, eu não seria uma legítima representante dessa gestão do Prefeito Haddad. Eu me associo a ele justamente porque faz uma gestão democrática, com diálogo, gestão dos braços abertos...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, vamos garantir a palavra da oradora, por gentileza.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Reiterando o que eu disse no encaminhamento da minha fala, estamos dispostos a enfrentar essa questão na mesa de negociação.

Obrigada. Obrigada, Exmos. Vereadores presentes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcela.

Já viajei por muitos municípios quando em campanha eleitoral para Prefeito. E num jargão eles diziam o seguinte: “O Governo passa, vocês permanecem”. Muito bem. A minha situação não é das melhores aqui na Mesa, porque tenho a tarefa de defender ardorosamente esse Governo e vou fazê-lo, até porque fui ao Sindicato. Fui convidado por vocês quando eu fazia campanha eleitoral.

Fui ao Sindicato e vocês me deram uma carta cheia de compromissos. Eram muitos compromissos e eu não li todos antes, porque parto da ideia de que quando é trabalhador, é servidor público e nessa lógica de que a gente passa e vocês ficam, eu disse que o que vocês pediram não é nada mais do que razoável, necessário e merecedor. É assim que se fala?
(Palmas)

Perguntei ao presidente e disse o seguinte: “Naquela carta constava isso que nós estamos discutindo?” Ele falou: “Sim, salários iguais, tal...” Então, primeiro quero dizer o seguinte: esse Governo tem uma disposição para dialogar e vocês são testemunhas, porque estão dialogando permanentemente. É verdade ou não é, presidente? Talvez vocês estejam cansados de muito diálogo.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Mas, vocês já estão dialogando há 30 anos, não é?

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, está bem. Eu me sinto muito lisonjeado com a presença de dois vereadores que entendem melhor do que eu sobre essa causa, de cálculos, de Orçamento.

Esse foi o Relator do Orçamento, que pensou no servidor. Eu me lembro de cada secretaria que chegava reivindicando e o Vereador Ricardo Nunes, sempre trabalhando num esforço tremendo. Todos sabem da história do pai e da mãe do Vereador José Police Neto. Mas, o Police, eu e o Ricardo estamos no mesmo barco, sofrendo juntos, não é Police?

Então, através da Comissão de Finanças e Orçamento, talvez, presidente, uma sugestão seria você criar algumas subcomissões: da iluminação, da educação. Cria uma do servidor, combinado? (Palmas)

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada esta audiência pública.

Estão encerrados os trabalhos.